

EIXO TEMÁTICO: Educação, Infância e Cidade.

AS CRIANÇAS NA CIDADE: A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM PRATO CHEIO DE APRENDIZAGENS

Andréia Mendes dos Santos | PUCRS | andrea.mendes@pucrs.br
Ana Carolina Brandão Verissimo | PUCRS | acbverissimo@gmail.com
Diogo Silveira Heredia y Antunes | PUCRS | diogo.antunes@gmail.com
Renata Santos da Silva | PUCRS | renatapsico08@hotmail.com.br

Resumo

O artigo se ancora em uma pesquisa realizada nos Cadernos de Estágio e Diários de observação de discentes de um Curso de Pedagogia, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo foi analisar o cotidiano da Escola de Educação Infantil como prática pedagógica que apresenta a criança pequena ao mundo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, realizada através da análise de conteúdo dos materiais produzidos por dez graduandos em Estágio curricular na Educação Infantil. No texto, discute-se a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e que o cotidiano e as rotinas se constituem em conteúdos que contemplam o currículo e favorecem o desenvolvimento infantil. Parte-se da sociologia da infância, na qual a criança é um sujeito de direitos e que é preciso considerar a existência de variadas infâncias. Através de rotinas e de cuidados, que se entrelaçam em atividades cotidianas como comer, descansar, hábitos de higiene, brincar e atividades, a criança descobre a si mesmo e o meio. Diferencia-se e constrói valores que serão essenciais para sua identidade. O cotidiano, as relações interpessoais, as regras de convivência e os limites, entre outros, são experiências que permitem a criança ser apresentada ao conceito de cidadania e ao mundo, em diferentes contextos sociais e culturais, habilitando-a a conviver e habitar diferentes espaços presentes na cidade de forma sustentável.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infância; contextos sociais e cultura.

O escopo deste trabalho é um ensaio analítico a respeito das crianças e a importância da Educação Infantil como espaço onde roteiros pedagógicos orientam experiências que “apresentam” a criança pequena ao mundo, em diferentes contextos sociais e culturais. A premissa inicial é de que Educação Infantil, compreendida como a primeira etapa da educação básica, pedagogicamente organizada para atender desde os bebês é compulsória a partir dos quatro anos, e tendo em vista o projeto de universalização do ensino que estabelece que 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade tenham acesso a creche até 2024, de acordo com Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), discutir a pedagogia voltada para a criança pequena torna-se uma importante demanda.

O eixo que norteia a discussão é a percepção de que a criança se desenvolve, a partir das experiências na Educação Infantil, a respeito de si, do outro e do mundo. Neste contexto, compreende-se que as vivências do cotidiano, das relações interpessoais, de regras de convivência e limites, de diferentes contextos sociais e culturais, entre outros, são ensaios para que a mesma desenvolva sua identidade, sentimento de pertencimento na família, na escola e na sociedade, formule e vivencie seu conceito de cidadania, garantindo-lhe a possibilidade de conviver e habitar as cidades.

O texto é apoiado em aproximações entre Vygotsky, Froebel e Gadamer - tomando-se o conceito de experiência - e considera que o cuidar e o educar na primeira infância são indissociáveis (ALBUQUERQUE e CORSO, 2017) e se relacionam ao desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social, portanto objetos da Educação Infantil. A partir da sociologia da infância, entende-se o fortalecimento da criança como um sujeito de direitos. Neste sentido, tomou-se como estudo os cadernos de estágio e os diários de observação de discentes do Curso de Pedagogia em Estágio curricular na Educação Infantil, analisando registros sobre o cotidiano das escolas, que continham expressivo potencial para aproximar as crianças do mundo.

Há de se considerar que se as crianças frequentam em média entre quatro e oito horas diárias a escola infantil será, portanto, neste ambiente que muitas de suas primeiras vivências ocorrerão; assim, torna-se emergente ponderar que as rotinas básicas são práticas educativas de conteúdo curricular. No cotidiano da escola infantil, pode-se considerar que desde a chegada da criança, o acolhimento, as rotinas como: comer, higiene, descanso, o brincar, o pátio e as atividades possuem uma função pedagógica. Neste sentido e numa relação analógica com uma das rotinas da escola – a alimentação - pode-se considerar que a Educação Infantil é *prato* para novas aprendizagens.

A artesanaria de um trabalho: o percurso metodológico

A pesquisa que norteia este texto possui abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Em caráter parcial, foram analisados os registros de dez experiências discentes¹, através das anotações nos Cadernos de Estágio e nos Diários de Observação

¹As alunas consentiram a pesquisa.

realizados durante o Estágio curricular na Educação Infantil, no Curso de Graduação em Pedagogia em uma Universidade privada do Sul do Brasil, no período de 2016. A seguir apresenta-se o período a que se refere o estágio, a fonte do material analisado, a rede de ensino e nível/turma:

PERÍODO	Diários de observação	Cadernos de Estágio	Rede de Ensino	Turmas
2016/1	05/100%	02/ 40%	Privada	01 (50%) Maternal
		03/ 60%	Municipal	01 (50%) Jardim 02 (66%) Maternal
2016/2	05/100%	03/ 60%	Privada	01 (33%) Jardim 01 (33%) Berçário 01 (33%) Maternal
		02/ 40%	Municipal	01 (33%) Jardim 01 (50%) Maternal 01 (50%) Jardim

Sistematização: os autores

Por definição, o Diário de Observação corresponde ao registro descritivo das observações realizadas no decorrer de 20 horas, em período que antecede o início da prática de estágio. De posse de um roteiro semi-estruturado, as alunas registraram suas observações em relação às crianças, a turma - rotinas, projetos, atividades, interações, diálogos, entre outros- sobre o professor, a escola e as famílias. Em relação aos cadernos de Estágio, estes substituem os relatórios, sendo composto pela apresentação do Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), o projeto de estágio da aluna, os planejamentos semanais, relatos de observações e considerações acerca do estágio, da Educação Infantil e do desenvolvimento da criança, a partir de embasamento teórico. Esses materiais foram analisados a luz dos pressupostos da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016), num processo dinâmico de constante confronto entre teoria e conteúdo que emerge a partir das estratégias selecionadas para essa pesquisa, o que origina novas concepções e, conseqüentemente, novos focos de interesse.

A Educação Infantil como campo de experiência da Cidade

O atual conceito de Educação Infantil dialoga com a inserção das crianças na sociedade, o que possibilita o reconhecimento e a especificidade das infâncias. Para justificar a pluralidade adotada no conceito "infância", adotamos a concepção de

Sarmento (2004), que sustenta essa multiplicidade, pois a principal característica desta fase é a singularidade de cada criança e, sendo assim é preciso considerar que essa não é uma experiência universal, idêntica para todas as crianças, mas construída e vivida conforme a cultura e a história individual. Assim, as concepções da infância são resultantes de uma complexidade social e da heterogeneidade das condições de vida da população. Em relação às crianças, é preciso considerar que elas sempre existiram, pois é assim que se cumpre o ciclo vital humano, que se inicia pelo nascimento e, portando, para ser adulto, é necessária, a criança. O que se modificou foi à compreensão de crianças como condição de “miniatura de adulto” (ÀRIES, 1978) a “um pequeno cidadão, mas não é um cidadão menor” (PINTO e SARMENTO, 1997).

O surgimento da educação infantil, que se deu posteriormente ao surgimento das escolas, está associado a transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram na sociedade. Entre elas estão o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial, mudanças nas relações entre os gêneros e no papel da mulher, além de mudanças relacionadas à estrutura familiar e conjugal, na qual os arranjos ligados a uma família ampliada, onde vários adultos viviam em um mesmo espaço, passaram a dar lugar a um núcleo mais restrito entre mãe-pai-filhos, aspectos que mudaram a forma de cuidar das crianças (BUJES, 2001).

É preciso considerar que desde a década de 60 com a criação da “Declaração dos Direitos da Criança” e posteriormente retificados na década de 80 com a Constituição Federal, as crianças vêm tendo seus direitos socialmente reconhecidos e esta concepção é fruto de profundas transformações societárias. Neste sentido, tornar-se um sujeito de direitos, fortalecendo indicadores de qualidade se fortalecem como balizadores da infância, uma vez que *direito* deve ser compreendido como relacionado à cidadania e contra a desigualdade social (KRAMER, 2011). Outro marco a ser considerado foi criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei 8.069 em junho de 1990, que atenta especialmente sobre os direitos e proteção em relação as crianças e adolescentes, diferente do chamado Código de Menores, Lei de 1979 , de aspecto punitivo, o ECA dispõe sobre a proteção integral à esses sujeitos.

Dessa nova perspectiva sobre a infância e seus *direitos* surgiram políticas públicas voltadas às crianças, como exemplo a oferta de vaga para ingresso na creche. É preciso considerar que tais políticas em atenção à infância, também são investimentos capazes de promover a superação de diferentes formas de desigualdades presentes em nossa

sociedade, tais como: gênero, raça, etnia e condição social fornecendo desde a primeira infância apoio à criança e sua família.

Em tempos de grandes transformações e de debates em relação à Educação no Brasil e tendo a criança como prioridade absoluta (BAZÍLIO, 2011, p.26), a Educação Infantil vem como que “garimpando” o fortalecimento do seu papel social, com o objetivo de garantir o:

Acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (DNCEI, 2009, p.97).

É preciso considerar que a escola de Educação Infantil apresenta a criança ao mundo: o cotidiano, as rotinas, o currículo, o tempo e os espaços pedagogicamente organizados possibilitam vivências que constituem experiências que tornam possíveis a elaboração de conceitos a respeito de si e do outro, possibilitando ressignificações do cotidiano. Neste sentido é fundamental reconhecer que a personalidade da criança e do adulto são elementos distintos e as necessidades da criança apresentam ritmos e características vitais próprias. O não reconhecimento da necessidade dos ritmos próprios, da brincadeira, da imitação da vida adulta, da imaginação, da exploração do mundo, da curiosidade, da utilização das ferramentas e materiais que a rodeiam - que se expressam, ou não, através das rotinas estabelecidas na escola-, que são confrontados pela busca do adulto em controlar a criança, impacta sobre a saúde psíquica desta e do futuro adulto. Quando sujeitas a um ambiente sensível que observa atentamente as necessidades que a criança aponta ter, estas apresentam paixão pela ordem, pelo trabalho e a harmonia, se mostram autoconfiantes, desenvolvem sua autonomia e demonstram capacidades intelectuais superiores às que lhes são usualmente definidas² (MONTESSORI, 2004). A Educação Infantil cumpre esse papel e, quando não há o reconhecimento destes ritmos e necessidades próprias das crianças, corre-se o “risco” de uma “escolarização” precoce na escola infantil, com a:

adoção de práticas de ensino centradas na aquisição adiantada da cultura escrita, da avaliação, da individualização e da transmissão direcional. Quando isso acontece, corremos o risco de tornar o

² Tais afirmações foram concluídas, ainda segundo a mesma autora, após 25 anos de experiências em escolas de diversos continentes com crianças de diferentes culturas.

universo das crianças não significativo, não decorrente de um processo de subjetividade. Não é desenvolvido o gosto por comunicar, conhecer, pesquisar e descobrir (SARMENTO, 2017).

Importante destacar que no contexto da Educação Infantil o cotidiano é retratado como base da vida diária, que se constitui como um diário que se forma a partir do tempo, abarcando o habitual, a frequência, as acomodações e adaptações, enquanto que as rotinas definidas como organizadoras e demarcadas pela conveniência (GUTIÉRREZ, 2004), portanto carregadas de conteúdos culturais. A rotina pode ser considerada como currículo na Educação Infantil, pois através destas as crianças criam conceitos iniciais sobre saúde, família, meio ambiente, assistência e segurança, além de desenvolverem nas diferentes áreas do conhecimento; sobre matemática, ciências, linguagens; o que será estruturante de seus valores e hábitos.

A pesquisa nos cadernos de estágios e diários de observação demonstrou o cotidiano das rotinas na Escola Infantil, sobre aspectos de adaptação, alimentação, descanso, relações, entre outros. Toda criança tem seu primeiro dia de escola, que pela atual legislação, obrigatoriamente irá ocorrer na Educação Infantil. Assim, aprecia-se a adaptação como uma nova inserção social que reconfigura a própria criança e também a sua família. A adaptação na escola infantil provavelmente inaugura tantas adaptações que ela participará ao longo da vida. Essa primeira vivência, ao se constituir em uma experiência, servirá como mediadora das situações futuras. O despedir-se dos pais e a certeza de que eles retornarão ao final do dia, a compreensão de que a cidade – enquanto o externo a criança - trabalha, descansa, adocece, se diverte, tem responsabilidades e horários; a criança vivencia regras, segurança e faz ensaios sobre tolerar frustrações.

“As crianças conversam muito enquanto comem, enquanto fazem as atividades. Relatam situações reais, mas também brincam muito de faz de conta. Para a criança, brincar é uma necessidade e percebo que também posso utilizar esses momentos para trabalhar alguns conceitos. Deixo que elas conversem nestes momentos” (Caderno de Estágio. Maternal, 2016/2).

Para a criança pequena o momento da alimentação e a manipulação dos alimentos possibilitam o seu desenvolvimento global (psicomotor, cognitivo, social e da linguagem). A alimentação articula o desenvolvimento com a capacidade afetiva, a sensibilidade e a autoestima, o raciocínio e o pensamento, estabelecendo assim, importantes construções (VYGOSTKI, 2007) o que possibilita o desenvolvimento pleno

da criança. Comer, para além de uma necessidade básica do ser humano, é um efetivo momento onde a criança "fabrica" sentidos e significados a respeito do mundo, de si mesma e dos objetos de seu conhecimento. A anotação contida no Caderno de Estágio a seguir demonstra a pedagógica aproximação que a escola promove em relação à sociedade:

“Começamos a colocar toalha nas mesas na hora da alimentação, afinal eles tinham acabado de fazer um trabalho e a mesa estava toda suja. Em casa a gente come com toalha ou jogo americano, a escola deve preservar os hábitos da família” (Caderno de Estágio. Maternal, 2016/2).

Assim, entre mamadeiras, lanches e refeições que se entrecruzam com higiene, descanso e atividades, o tempo é organizado na Educação Infantil. Essas vivências que ocorrem na escola são campos de experiência que possibilitam aprendizagens, o que, segundo Gadamer, significam que “o conteúdo [...] entra em jogo e se desenvolve em possibilidades de sentido e de ressonância cada vez mais novas e ampliadas pelo outro receptor” (1997, p. 669). Das vivências as experiências como possibilidades de aprendizagens, destas interações com a produção de conexões internas da criança, tornando-as em condições de executar novas capacidades pessoais. No espaço da escola são pedagogicamente proporcionadas estas ações que possibilitam ressignificar e (re)construir conceitos entre os quais o de cidadania e aproximação das crianças com a realidade, tornando-as aprendizagens. A criança na Educação Infantil brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura (BNCC, 2016).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente [...] Nota-se que apenas pelo cuidado não se constrói a educação e as dimensões que a envolvem como projeto transformador e libertador. A relação entre cuidar e educar se concebe mediante internalização consciente de eixos norteadores, que remetem à experiência fundamental do valor, que influencia significativamente a definição da conduta, no percurso cotidiano escolar [...] (DCNEB, 2013, p.17-18).

Neste sentido *o prato cheio* de aprendizagens que constitui a Educação Infantil é representado pelo conjunto de práticas pedagógicas que buscam a articulação entre as experiências e os saberes próprios das crianças com os conhecimentos que fazem parte

do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento global das crianças pequenas, no que pese: uma questão de direitos.

Por outro lado, a figura do direito tem como correlato a figura da obrigação (CURY, 2002), e o que se entende é que a escola é a ponte para a formação da cidadania, pois "[...] Locke adverte, o caminho que leva à construção desta sociedade implica um processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento, mas no sentido da formação da cidadania". (OLIVEIRA, p. 181, 2000)

Educação/escola e cidadania/cidade são conceitos que se inter-relacionam. Se o desejo é o projeto de uma sociedade melhor, fazem-se necessários investimentos na infância, para além daqueles tidos como "direitos", pois esses figuram no campo das "obrigações" e é preciso ampliação para conter a violência e o individualismo que assola a sociedade e as cidades. Segundo Marshall, "a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil" tornando-se um pré-requisito do exercício de outros direitos (CURY, 2002). Tomamos a relação entre educação e cidadania de Marshall:

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. (1967, p. 73).

Para Bobbio (1992) a gênese de um direito começa como uma exigência social. As condições precárias de vida e de trabalho, desemprego, desigualdade social, saúde, educação, violência, drogas, exclusão social, consumismo, ganância e competição desacerbada, são, entre tantos outros, problemas que assolam as cidades e manifestam-se como os frutos de um projeto de mundo capitalista e neoliberal. A Educação Infantil, sendo um dos espaços formador humano, (re)significa o cotidiano e o que se entende é essa instituição tem potencialidade para subverter uma lógica neoliberal que vem contravertendo a preservação do patrimônio humano: que é o mundo, pois está pautada em princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2013, p.98).

Por fim, a criança é apresentada e entende sua cultura através da família, da escola e da cidade e é preciso que se reconheça como pertencente a esses grupos e espaços. A escola infantil toma como função a formação da criança com uma visão plural de mundo, trabalha no sentido de construir junto aos pequenos cidadãos o respeito às diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social habilitando-as a conviver e habitar diferentes espaços presentes na cidade de forma sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil constitui-se na contemporaneidade como uma instituição mediadora e cuidadora do desenvolvimento das crianças e é estruturada como um espaço de experiência do mundo e das relações. A partir de rotinas, proporciona a criança vivências que vão fundando como aprendizados significativos, pois através destas práticas, são trabalhados conteúdos diversos e, portanto, possui caráter interdisciplinar, na busca de uma formação cidadã, crítica, sensível e humanizada. Segundo Savater (2012), apesar de nascermos humanos só iremos nos tornar seres humanos a partir das interações com os outros e com o meio. E a escola é um dos principais locais onde há esta interação.

Sendo esse o principal meio de socialização das crianças pequenas, é um espaço onde terão suas primeiras relações de conflito e aprendizagens. Também, será formador na busca de uma sociedade menos discriminatória e desigual, buscando através das crianças pequenas minimizarem as desigualdades presentes em nossas cidades, fazendo-as desde cedo cumprirem com seu papel de (pequenas) cidadãs na engajadas na luta por uma educação e sociedade mais justa.

Se por um lado a escola é um caminho para o conhecimento, as aprendizagens e a mediação junto à criança; por outro as cidades, em seus diferentes contextos sociais e culturais, apresentam espaços formais e não formais de educação. Partindo do pressuposto que tudo e todos podem (e devem) gerar conhecimento. Todo adulto um dia

já foi criança e, portanto, além do reconhecimento da criança como um sujeito de direitos, é preciso investir neste cidadão vislumbrando a sustentabilidade e proteção do planeta.

A partir dos Diários e dos Cadernos de Estágio é possível perceber que há na formação acadêmica atenção voltada para as questões humanas, de princípios éticos, políticos e sociais. Seja no meio rural ou urbano, na Educação Básica ou no Ensino Superior, além do ensino previsto para cada etapa, obviamente respeitando suas demandas e peculiaridades, a Educação de maneira geral, deve buscar subsídios e conscientização a fim de educar os alunos nas diferentes áreas do conhecimento, mas também como cidadãos críticos e engajados na busca de uma sociedade mais igualitária, justa e humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; Jane Felipe, CORSO, Luciana Vellinho (org). (2017) Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil. Porto Alegre: Evangraf.

ARIÈS, Philippe. (1978) História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT.

BARDIN, Laurence. (2016). Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinto. São Paulo: Edições 70.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. (2011). Avaliando a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. Infância, educação e direitos humanos. 4ª ED. São Paulo: Cortez.

BOBBIO, N. (1992). A Era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil /Secretaria de Educação Básica. (2009). Brasília. Acesso em 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&itemid=30192

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. (2016) Acesso em 10 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (2001) Escola infantil: Pra que te quero? In.: KAERCHER, Gladis. CRAIDY, Carmem. Educação infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed.

CURY, Carlos Roberto Jamil. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. IN: Cadernos de Pesquisa. n.116. São Paulo July.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>

GADAMER, Hans-Georg. (1997). Verdade e método I. Petrópolis: Editora Vozes,

GUTIÉRREZ, Antonia Fernández. (2004). Os hábitos na Educação durante os Seis primeiros anos de vida. LLEIXÀ ARRIBAS, Teresa. Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre: Artmed.

MARSHALL, T. (1967). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.

MONTESSORI, Maria. (2004). A educação e a Paz. Tradução: Sonia Maria Alvarenga Braga. São Paulo: Papirus editora.

PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) (1997). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho.

SARMENTO, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2a.modernidade. In Sarmento, M. J. & Cerisara, A. B. (Eds.). Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação (pp. 9-34). Porto: Asa Editores. Disponível em <http://docplayer.com.br/11165-As-culturas-da-infancia-nas-encruzilhadas-da-2a-modernidade.html>

SARMENTO, Manuel. (2017). Entrevista com Manuel Sarmento. "Os pequenos nos dizem muito sobre a sociedade" Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/creche-pre-escola/entrevista-manuel-sarmento-infancia-sociologia-desenvolvimento-760818.shtml?page=1> acesso em: 16 de jan. de 2017

SAVATER, F. (2012). O valor de Educar. São Paulo: Ed. Planeta, 2012. 2 edição.

KRAMER, Sonia. (2011). Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. Infância, educação e direitos humanos. 4ª ED. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, I. A. R. (2000). Sociabilidade e direito no liberalismo nascente. Revista Lua Nova, n. 50, p. 160, v. II.

VYGOTSKY, L. S. (2007). A formação social da mente. 2ª ed. São Paulo, Martins Editora. 224 p.